



A interação sincronia/diacronia nos estudos funcionalistas

Maria Angélica Furtado da Cunha

UFRN

Nos estudos funcionalistas mais recentes nota-se, se não o fim da dicotomia sincronia/diacronia, ao menos uma orientação cada vez mais acentuada para a investigação histórica, diacrônica, dos fatos lingüísticos, associada à descrição sincrônica.

Nos anos 60, a lingüística que se fazia no Brasil seguia uma orientação fundamentalmente estruturalista e, portanto, sincrônica. Na década de 70, com a introdução da corrente gerativista entre nós, os estudos descritivos continuaram dominando o contexto acadêmico. Tanto os estruturalistas quanto os gerativistas estão restritos à história interna das línguas: os estruturalistas, por considerarem que a lingüística deve voltar para o que é imanente à língua; os gerativistas, por desprezarem a natureza social e histórica das línguas.

Para Saussure, os fatos sincrônicos são sistemáticos, enquanto os diacrônicos são particulares, heterogêneos e isolados. A mudança é considerada como exterior ao sistema porque a causa da mudança não está no próprio sistema, na língua, mas na fala: “é a fala que faz evoluir a língua”. Vale lembrar que Saussure não ignorava que a imobilidade absoluta das línguas não existe de fato: a língua está em permanente transformação. Assim, a priorização do estudo sincrônico é uma simplificação convencional, uma abstração teórica da natureza dinâmica das línguas. A distinção sincronia/diacronia se baseia numa visão homogeneizante da língua que resulta numa idealização do objeto de estudo, distante da realidade lingüística heterogênea. O próprio Saussure admite que, por razões didáticas, “a distinção entre o sincrônico e o diacrônico deve manter-se sempre”, mas reconhece as dificuldades, tanto temporais quanto espaciais, que se apresentam para a delimitação de um estado de língua.

No atual modelo gerativista, que toma a gramática universal como

um conjunto de parâmetros variáveis, a mudança está submetida a princípios gerais. Desse modo, a diacronia gerativista mantém a tradição que considera as mudanças como motivadas por pressões internas à língua.

Fazendo um retrospecto dos anos 60-70, portanto, constatamos que a lingüística formalista seguia orientação fortemente sincrônica, tanto em suas abordagens quanto em seus pressupostos, o que significa relegar os fatores históricos a segundo plano ou até mesmo excluí-los. A mudança lingüística era vista como conjuntos de ajustes a regras, ajustes esses confinados a um estágio inicial e um estágio final, sem interesse pelo processo gradual que se desenvolveu entre esses estágios. Nesse contexto, o processo de gramaticalização, entendido como regularização das formas lingüísticas, coloca-se como um desafio às abordagens lingüísticas que postulam categorias discretas inseridas/dispostas em sistemas rígidos e estáveis.

Na tentativa de derivar as mudanças lingüísticas de leis gerais, parece ser mais esclarecedor servir-se de explicações funcionais, sejam elas comunicativas e/ou cognitivas, ao invés de formais, e recorrer a tendências naturais, ao invés da postulação de leis rígidas. Além disso, parece que sincronia e diacronia não podem, na prática, ser tão separadas como admitia Saussure. As línguas têm um passado, e o estudo sincrônico é uma função desse desenvolvimento passado. Segue-se, daí, que, embora a investigação histórica possa ser subsequente à análise sincrônica, dado que envolve a comparação de estados sincrônicos sucessivos, uma teoria lingüística preocupada com a questão da mudança deve envolver a dimensão diacrônica. Sincronia e diacronia estão, portanto, entrelaçadas.

A interação e interdependência sincronia/diacronia é fundamental na compreensão do processo de gramaticalização já que, além do exame das formas gramaticais como um fenômeno discursivo-pragmático, primariamente sintático, cabe também investigar a origem dessas formas e os caminhos/trajetórias de mudança por que passam.

Estudar a mudança lingüística - intrínseca à gramaticalização - envolve o estudo e a comparação de estágios lingüísticos distintos, utilizando modelos ou teorias desenvolvidos nas pesquisas sincrônicas. Por outro lado, esses modelos podem ser testados a partir de dados históricos, e só podem ser considerados completos se permitirem a incorporação da mudança na gramática. A combinação de informação

sincrônica e diacrônica, no que se caracteriza como uma abordagem pancrônica do estudo da língua, fornece uma descrição mais densa, com possibilidade de explicação mais completa do fenômeno sob investigação. Estou, portanto, admitindo que o estudo lingüístico sincrônico está intrinsecamente associado ao diacrônico.

Uma perspectiva diacrônica pode oferecer mais do que simplesmente um comentário histórico interessante a respeito dos fatos sincrônicos. Ao contrário, como dizem Hopper & Traugott (1993), os próprios fatos sincrônicos são indistinguíveis dos processos diacrônicos e discursivos-pragmáticos nos quais eles são surpreendidos. Assim, a morfossintaxe sincrônica pode ser entendida como o reflexo temporário/provisório, e não necessariamente estável, de mudanças em processo.

Há várias razões pelas quais uma abordagem diacrônica é desejável. Em primeiro lugar, ela aumenta o poder explanatório da teoria lingüística. Demonstrar que uma dada forma ou construção desempenha determinada função não explica a existência dessa forma ou construção. É necessário, também, tentar mostrar como essa forma ou construção veio a ter essa função. O estado sincrônico é resultado de um desenvolvimento passado que continua no presente. O princípio do uniformitarismo, que se tornou um ingrediente essencial em grande parte das pesquisas lingüísticas históricas (cf. Labov 1974, Romaine 1982), prevê que tendências hoje em curso devem ter atuado em estágios anteriores e possivelmente continuarão a atuar. Segundo Hopper & Traugott (1993:38), isso significa que, operacionalmente, não se pode reconstruir nenhuma regra ou gramática para uma língua morta que não seja atestada em uma língua viva. Desse modo, há boas razões para se postular que a gramaticalização ocorreu em línguas faladas há 10 mil anos atrás, de modo bastante semelhante ao que se verifica hoje.

Vejamus um exemplo. O estudo da locução formada pelo verbo *ir*, na forma do presente, acompanhando um verbo no infinitivo não flexionado, é usada no português contemporâneo para indicar futuro, como nesse trecho retirado do *corpus Discurso & Gramática*, de Natal:

- (1) Bem, a minha opinião sobre o namoro é que está muito avançado, porque esse rapazes de hoje não pensa no amanhã que vai ser.
(Língua escrita, 8ª série)

A comparação entre o português, o francês e o espanhol modernos

mostra que as três línguas utilizam a mesma estratégia de marcação do tempo futuro. Em francês, temos:

- (2) a. Je vais aller à la plage
- b. Je vais faire des courses

E, em espanhol:

- (3) a. El Sábado voy a ir al baile
- b. Yo voy a hacer una dieta

Ou seja, afirmar que o futuro é expresso em português pela locução $ir_{PRES} + V_{INFINITIVO}$ não é suficiente. É preciso olhar para atrás e procurar a origem comum desse mecanismo de codificação do português, do francês e do espanhol. Assim, eventos passados podem lançar luz sobre situações presentes, de modo que podemos compreender melhor sistemas correntes considerando como eles surgiram. A investigação diacrônica pode iluminar a sincronia na medida que as mudanças históricas são, muitas vezes, preservadas na estrutura sincrônica.

Uma segunda justificativa para o estudo diacrônico é que os fatores cognitivos e comunicativos que subjazem ao significado gramatical são mais claramente revelados à medida em que a mudança ocorre, ou seja, em situações de dinamismo ao invés de situações de estabilidade. Dado que os elementos lingüísticos são altamente convencionais e usados inconscientemente, eles podem ser descritos e interpretados de vários modos, mas a natureza da mudança geralmente aponta para a interpretação que é adequada (cf. Bybee et al. 1994).

Em terceiro lugar, a língua não apresenta uma organização estável do significado uma vez que este está constantemente mudando: a língua não é mas está. Considerar a fatia sincrônica como apenas um estágio em uma longa série de desenvolvimentos ajuda-nos a explicar/entender a natureza da gramática num momento particular. Tomemos um caso específico. No estudo da polissemia do pronome/advérbio *onde*, Bezerra Oliveira (1997) investigou a trajetória de abstratização espaço > tempo > texto no português sincrônico. Os exemplos seguintes ilustram esse movimento do *onde*:

- (4) Já se optarmos pelo Pastel, precisaremos de um lugar com melhores condições de trabalho, tal como uma sala arejada ou um atelier *onde as condições físicas do ambiente não tenham muitas variações*. (Língua escrita, 3o. grau)
- (5) ... quando chegou no acampamento ... ele pegou a comida que tava junto e dividiu ... sendo que ... cada pessoa comia de cada coisa uma ... ou seja ... o que eu levei ... eu não comi sozinho ... eu tive que dividir com todos os amigos ... depois disso teve a noite *onde foi escolhido o grupo de cinco pessoas mais ou menos* ... (Língua falada, 8a. série)
- (6) O meu forte mesmo, é ampliar desenhos. *Onde eu acho um desafio*. Pois eu tenho de chegar à perfeição. (Língua escrita, 30. grau)

A pesquisa sobre os sentidos do *onde* em textos que abrangem desde o latim clássico até o português do século XVIII mostrou que há uma regularidade no processo de metaforização na medida que os sentidos de tempo e texto foram constatados em alguns desses materiais. O exame da evolução histórica do *onde* revelou que essa trajetória de abstratização é um caso remanescente de estágios anteriores da língua, em vez de uma inovação a ser explicada no âmbito estrito da sincronia.

Finalmente, as generalizações são mais efetivamente formuladas como generalizações sobre rotas ou trajetórias de desenvolvimento do que como generalizações sobre estados sincrônicos; a diacronia fornece explicações mais reveladoras das correlações entre forma e significado ou função (como se pode ler em Bybee et alii 1994 e Mc Mahon 1995).

A gramaticalização deve ser concebida como um processo pancrônico que apresenta uma perspectiva diacrônica, já que envolve mudança, e uma perspectiva sincrônica, já que implica variação que pode ser descrita como um sistema sem referência a tempo. Uma vez que um elemento lingüístico - palavra ou construção - é capaz de adquirir e reter novos sentidos e usos sem perder os antigos, seu estudo requer uma perspectiva pancrônica. Nesse sentido, dizemos que a lingüística funcional americana é essencialmente pancrônica, pois os princípios que a norteiam podem ser aplicados quer aos padrões fluidos do uso da língua que se observam

num corte sincrônico, quer aos processos de mudança que se depreendem na trajetória diacrônica.

O interesse pela abordagem diacrônica no estudo da gramaticalização faz surgir a questão das condições que propiciam a sua ocorrência. Na literatura são arrolados fatores como saliência perceptual, conteúdo semântico e frequência de uso da forma candidata à gramaticalização. Assim, embora a gramaticalização seja motivada por um conjunto de fenômenos correlacionados, apenas a frequência leva de fato à gramaticalização e, portanto, à regularização e fixação. Quanto mais gramaticalizada a forma, mais freqüente ela é. A frequência textual de um item é, portanto, evidência empírica do seu grau de gramaticalização.

Nesse sentido, a gramaticalização é entendida como um modo de rotinização da língua. Quando uma construção deixa de ser um meio inovador de reforçar um aspecto do discurso e se transforma em uma estratégia comum, previsível, a frequência com que ela ocorre indica que ela passou a ser considerada pela comunidade lingüística como gramatical.

Com base nessas colocações, podemos justificar o uso do verbo *ir* como marcador de futuro. Os verbos que expressam movimento mais generalizado, ou seja, que não especificam a natureza do movimento, são empregados em um âmbito maior de contextos discursivos. Compare-se *ir* com *andar*, *caminhar*, *rastejar*, por exemplo. Por essa razão, são também os verbos de movimento mais freqüentes: uma vez que se aplicam a um número maior de contextos, são usados mais freqüentemente. São itens lexicais desse grau de generalidade que são usados em construções que sofrem o processo de gramaticalização. (cf. Bybee et al. 1994).

Ao estudar as conseqüências, na sintaxe, da frequência de ocorrência de uma forma, Bybee & Thompson (1997) ressaltam o efeito da redução e o efeito da conservação. À primeira vista, esses dois efeitos são incompatíveis já que parecem condicionar resultados opostos: a alta frequência de uma forma promove a mudança ao mesmo tempo em que torna a forma resistente à mudança. Contudo, esses dois efeitos se dão em estágios diferentes na vida de uma construção e envolvem dois tipos de mudança de natureza muito diferente. O efeito da redução desempenha um papel central na gramaticalização, enquanto o efeito da conservação interage com um terceiro tipo de efeito, o da alta frequência do *type*, em oposição a *token*.

Quero me deter no efeito da redução, que tem uma dimensão fonética, sintática e semântica. A mudança fonética avança mais rapidamente em itens de alta frequência no discurso, como se pode observar na gramaticalização de formas que sofrem redução à medida que sua frequência cresce, como *tá (está)*, *né (não é)*, *xovê (deixa eu ver)*, *bora (vamos embora)*. Do ponto de vista sintático, seqüências de alta frequência de uso são processadas como uma fatia única, o que resulta na perda de sua estrutura interna, como se dá com *xovê*, por exemplo. O desbotamento semântico acompanha a redução fonológica e a perda da estrutura interna dos elementos de alta frequência. As construções que são mais repetidas perdem seu valor expressivo, o que, por sua vez, permite que elas ocorram com maior frequência, o que, conseqüentemente, condiciona o desbotamento semântico posterior, gerando um efeito de espiral.

Os exemplos clássicos de desbotamento incluem casos em que expressões originariamente enfáticas perdem seu *status* especial de elemento enfático e se tornam o modo não-marcado de expressar determinados conteúdos. Tomemos as estratégias de negação no português para ilustrar esse ponto, como nos exemplos seguintes:

(7) a. negativa padrão *não* + SV:

Com a luz acesa a gente não conseguia dormir

b. dupla negativa *não* + SV + *não*:

Eu não tirei foto não

c. negativa pós-verbal SV + *não*:

Tudo eu faço ... sabe? tem isso comigo não

Vários estudos focalizam a associação da negação com ênfase (Schwegler 1988, Croft 1991, Dryer 1989, Ashby 1981, Payne 1985, Hopper & Traugott 1993, entre outros). A introdução de elementos enfáticos na negação é geralmente explicada pelo fato de que os enunciados negativos quase sempre pressupõem a contraparte positiva no contexto, quer explícita, quer implícitamente (cf. Givón 1979). A asserção negativa contrasta com a pressuposição positiva e, portanto, induz uma ênfase na asserção negativa. Assim, os negadores enfáticos entram no sistema negativo como indicadores da rejeição enfática da crença explícita ou implícita do ouvinte. Via reanálise, o elemento enfático original se torna posteriormente um negador regular, comum, e

o marcador negativo obrigatório é eliminado.

A evolução da partícula negativa *pas* do francês é um caso bem conhecido do ciclo da negação. No francês informal, *pas*, que originalmente significava *passo* e era usado opcionalmente para enfatizar verbos de movimento, estendeu seus contextos sintáticos de tal modo que no francês coloquial moderno ele é usado como o marcador negativo primário. Estou defendendo a idéia de que a emergência das estratégias de negação no português do Brasil é paralela à observada no francês.

Em primeiro lugar, podemos observar que na negativa padrão o marcador negativo está sofrendo um processo de redução fonológica. No discurso falado rápido, o *não* acentuado é enfraquecido para *num*, ou até mesmo para uma simples nasalização, conforme o quadro 1:

Quadro 1: Realização do *não* nas negativas pré-verbal e dupla

Negativa pré-verbal	Negativa dupla
[nãw] 279 (55%)	[nãw] 10 (19%)
[nu] 229 (45%)	[nu] 42 (81%)
Total 508 (100%)	Total 52 (100%)

Para reforçar a informação negativa, ou seja, a negação da pressuposição, o falante acrescenta uma segunda partícula negativa *não* no fim da oração. Essa partícula pós-verbal pode ser vista como uma estratégia para restaurar a erosão fonológica do *não* pré-verbal e seu consequente esvaziamento semântico.

Sabe-se que a perda de morfologia através da erosão fonológica é uma ocorrência comum, especialmente em palavras monomorfêmicas (cf. Hopper 1994, Bybee 1984). Como vimos anteriormente, a rotinização no uso de uma forma lingüística leva à sua redução fonológica e perda do seu conteúdo semântico. Por um lado, há uma tendência para reduzir o sinal falado no discurso rápido. Por outro lado, se uma forma é freqüentemente repetida, ela perde sua força expressiva. Uma estratégia recorrente para recuperar material fonológico é o reforço, através do qual uma construção que enfraqueceu semanticamente é restaurada pela adição de um segundo morfema. Como resultado, surge uma construção que cobre muito do domínio funcional da forma antiga antes que ela sofresse redução e enfraquecimento. A nova forma tipicamente começa como uma variante usada esporadicamente, sua freqüência aumenta à

medida que o tempo passa e, finalmente, ela pode vir a substituir a forma antiga. Como ressalta Hopper (1994: 37), sem dúvida, o evento básico na mudança lingüística é a simples erosão de material fonológico.

Parece plausível concluir que a negativa dupla emerge em resposta ao objetivo do falante de reforçar uma relação que já existe mas se tornou desgastada. A redução fonológica do *não* pré-verbal reflete o efeito da repetição sobre o significado. A freqüência de uso da negativa pré-verbal cria um potencial para a perda de informação. Portanto, a emergência da negativa dupla é motivada por uma pressão discursiva. A ausência da negativa dupla na escrita fornece evidência positiva de sua origem interacional. Nos textos escritos, o *não* pré-verbal não sofre redução e, portanto, não há necessidade pragmática para uma nova partícula reforçadora, típica da fala.

Uma evidência para a hipótese de enfraquecimento do *não* pré-verbal é a construção negativa pós-verbal SV + *não*. Nesse caso, podemos admitir que a redução do *não* teria atingido seu estágio final, tendo como resultado a perda ou eliminação completa desse marcador. A baixa ocorrência de negativas pós-verbais em meus dados e seu contexto de uso muito restrito parece indicar que o processo de erosão do marcador negativo pós-verbal está ainda em seu estágio inicial.

Desse modo, podemos atestar o papel crucial desempenhado por fatores interacionais na emergência de novas estratégias de negação no português do Brasil. O paradigma de gramaticalização não apenas fornece uma compreensão da gênese mas também do comportamento sincrônico e desenvolvimento posterior das construções negativas. A próxima etapa dessa pesquisa tem por objetivo a busca de evidência diacrônica para a trajetória das três alternativas de negação no português do Brasil.

Referências Bibliográficas

- Ashby, W. J. 1981. **The loss of the negative particle 'ne' in French: a syntactic change in progress.** *Language* 57: 674-687.
- Bybee, J. e Thompson, S. 1997. **Three frequency effects in syntax.** BLS 23.
- Bybee, J., Perkins, R. e Pagliuca, W. 1994. **The evolution of grammar.** Chicago: The University of Chicago Press.
- Bybee, J. 1988. **Semantic substance vs. contrast in the development of grammatical meaning.** BLS Parasession of Grammaticization, 247-264.

- Croft, W. 1991. **The evolution of negation**. *Journal of Linguistics* 27: 1-26.
- Dryer, M. 1989. **Universals of negative position**. In: Moravcsik E.; Wirth J.; and Hammond M. (eds). *Studies in syntactic typology*, 93-124. Amsterdam: John Benjamins.
- Givón, T. 1979. **On understanding grammar**. New York: Academic Press.
- Hopper, P. J. 1994. **Phonogenesis**. In: Pagliuca, W. (ed.), *Perspectives on grammaticalization*, 29-45. Amsterdam and Philadelphia: John Benjamins [Current Issues in Linguistic Theory 109].
- Hopper, P. J. e Traugott, E. C. 1994. **Grammaticalization**. Cambridge: Cambridge University Press.
- Labov, W. 1974. **On the use of the present to explain the past**. In L. Heilman (ed.), *Proceedings of the 11th International Congress of Linguistics*, 825-52. Bologna: Mulino.
- Mc Mahon, A. M. S. 1995. **Understanding language change**. Cambridge: Cambridge University Press.
- Payne, J. R. 1985. **Negation**. In: Shopen, T. (ed.), *Language typology and syntactic description*, vol. II, 42-140. Cambridge: Cambridge University Press.
- Romaine, S. 1982. **Socio-historical linguistics: its status and methodology**. Cambridge: Cambridge University Press.
- Schwegler, A. 1988. **Word-order changes in predicate negation strategies in romance languages**. *Diachronica* 2: 21-58.